



CONGRESSO
BRASILEIRO
**CIÊNCIA
E
SOCIEDADE**

Inovação, Diversidade e Sustentabilidade



Trabalhos Premiados | 2019



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO



CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

Publicado por UNIFSA em associação com Lestu Publishing Company

Núcleo de Comunicação - NUCOM

Design Gráfico, Editoração e Organização: Ana Kelma Cunha Gallas

Preparação de originais: Edson Rodrigues Cavalcante

Diagramação: Kleber Antônio e Ana Camilla Gallas

TI publicações OMP Books: Eliezyo Silva

Arte Gráfica: Odrânio Rocha

Lestu Publishing Company: editora@lestu.org

Esta obra possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

© 2019 UNIFSA

Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade

E-mail: cics@unifsa.com.br

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados na Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade - CBCS 2019, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

U58 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER; Izabel Herika Gomes Matias.

Inovação, Diversidade e Sustentabilidade: trabalhos premiados no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade - CBCS 2019 | Centro Universitário Santo Agostinho / Ana Kelma Cunha Gallas; Alisson Dias Gomes; Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger (Orgs.). Teresina: UNIFSA, 2019/ São Paulo: Lestu, 2019.

216p.; il.; online

ISBN: 978-65-996314-3-6

DOI: 10.51205/lestu.978-65-996314-3-6

Disponível em: lestu.org/books

1. Pesquisa. 2. Inovação. 3. Sustentabilidade. 4. Ciência. I.

I. GALLAS, A. K. C. (Org.). II. GOMES, A. D. (Org.). III. CRONEMBERGER, I. H. G. M. (Org.). IV. Título. V. UNIFSA. VI. CBCS

CDD: 904.

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação, Pesquisa, Temas Relacionados: Ciência. Trabalhos acadêmicos. Anais.



LESTU PUBLISHING COMPANY
Editora, Gráfica e Consultoria Ltda
Avenida Paulista, 2300, andar Pilotis
Bela Vista, São Paulo, 01310-300, Brasil.
editora@lestu.org www.lestu.com.br



CONGRESSO BRASILEIRO CIÊNCIA E SOCIEDADE

Inovação, Diversidade e Sustentabilidade

Trabalhos Premiados | 2019



8

Direitos reprodutivos da mulher no romance distópico *Conto da Aia* de Margaret Atwood¹

Letícia dos Santos Sousa²
Rosália Maria Carvalho Mourão³

INTRODUÇÃO

A previsão legal dos direitos reprodutivos não é o bastante para garantir a proteção das mulheres ao redor do mundo. A exemplo disso, Teles faz alusão a episódios alarmantes de desrespeito dos direitos humanos das mulheres pelo mundo:

Na Argentina, estima-se que ocorrem 6 mil estupros por ano; 300 chegam à Justiça e menos de 10% dos criminosos são condenados. Em Uganda, devido à crença de que as mulheres adolescentes transmitem menos Aids que as adultas, a taxa de contaminação pelo HIV entre elas é seis vezes maior que entre os rapazes. No Egito e em outros países do Oriente Médio e África, ainda mutilam-se adolescentes, amputando-lhes o clitóris para reduzir o desejo e o prazer sexual. Em nome da tradição e cultura, já chegam a 100 milhões de mulheres de 26 países africanos com órgãos sexuais mutilados. A cada ano, mais de 2 milhões de mulheres sofrem mutilações nesses países. (TELES, 2007, p.65)

1 Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

2 Letícia dos Santos Sousa, Bacharel em Direito- UNIFSA, Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário.

3 Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí (1999), graduação em Direito pelo Instituto Camillo Filho (2006) e mestrado em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007). Atualmente é professora do Centro Universitário Santo Agostinho.

A problemática do presente artigo se substancia na violação direta e recorrente dos Direitos Reprodutivos das Mulheres, associando-se à desigualdade de gênero existente. No que tange ao desrespeito aos fatores que cerceiam a concepção feminina, insere-se a necessidade de tal classe de direitos integrar o contexto dos Direitos Humanos, tornando-se uma matéria interdisciplinar que abrange questões de saúde, econômicas e ambientais.

Os direitos reprodutivos femininos se apresentam como o direito de livre escolha sobre a quantidade, a periodicidade e o momento para concepção dos filhos, além da conscientização, tornando-se uma das principais extensões da vida de uma mulher. Dito isto, se torna mais eficiente o estímulo ao debate acerca de temáticas como: aborto, homoafetividade, concepção, contracepção e mortalidade materna, que possuem pouca voz no arcabouço jurídico.

As maiores dificuldades, no combate à ineficiência dos direitos reprodutivos da mulher, concentram-se nos aspectos morais e culturais. Sendo relevante que haja discussões que ultrapassem o viés biológico e adentrem ao conveniente a todos, fomentando a escolha saudável em prol do próprio corpo e conseqüentemente das decisões na esfera privada de cada um. Proporcionando à mulher o lugar de fala e a independência que tanto almeja ao longo dos anos, principalmente em termos reprodutivos, que permanecem em padrões de extrema submissão feminina.

Para maior demonstração da temática é imprescindível recorrer a disciplina Direito e Literatura, sendo alicerce para o desenvolvimento de temáticas que o ordenamento jurídico não alcança. Diante do exposto, é possível averiguar que o uso da interpretação forense cumulado com o escólio literário, podem desembaraçar a absorção da própria lei. (DWORKIN, 2005).

Na mesma concepção, Arnaldo Godoy observa:

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheria, na literatura manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultura, demãos de generalidade sistêmica. O jurista conhecedor da literatura seria íntimo com os problemas da alma humana; na linha da advertência de Terêncio, para quem tudo fosse humano não lhe seria estranho. É o caso do advogado do júri, prenhe de exemplos tomados da literatura, que busca efeito retórico, pedagógico, e que simula cultura que impressiona, que seduz, e que comprova trajetória humanista; mas nem sempre te humanizam. A prática infelizmente nos indica o abuso, o histriônico, o risível, e a própria literatura nacional flagra essas instâncias, de modo mordaz. (GODOY, 2008, p. 10)

Neste sentido cabe ao Conto da Aia, de Margaret Atwood, despertar reflexões em torno do segmento reprodutivo das mulheres. A obra retrata um futuro iminente, no qual traz a chamada “distopia”, que atribui um grande estado de privação ou antítese da utopia, tornando próximo os acontecimentos relatados.

A narrativa retrata a instituição de um governo pouco humanista, classificado como autoritário e cristão, denominado Filhos de Jacó, no qual fundam a República de Gilead no lugar dos Estados Unidos da América.

A ideia central funda-se na necessidade de procriação, concentrada nos baixos de natalidade, influenciados por danos ambientais, guerras e saúde pública, tornando muitas mulheres inférteis. As mulheres férteis que restavam, deviam se submeter ao atual governo, para manter a existência da humanidade, devido as circunstâncias extremas daquele cenário.

O público feminino é retratado perdendo seus direitos fundamentais, e sendo dividido em castas, nas quais tinham por base a capacidade fecunda de cada mulher. As principais categorias são: As Aias, mulheres férteis, solteiras e viúvas, com a missão de

gerar filhos, para o Comandante e sua Esposa, que pertenciam ao governo recém instituído. As Esposas, mulheres acometidas pela infertilidade e que exerciam sua maternidade com o auxílio da “barriga de aluguel” de suas Aias. As Tias, que tinham o papel de orientadoras no treinamento das Aias, induzindo-as a acreditar na nobreza de sua função. As Martas, que detinham a função doméstica na residência dos Comandantes e suas Esposas, já que não podiam mais contribuir no aspecto da fertilidade. As Não Mulheres, seriam aquelas que não se encaixavam no padrão posto pelo governo e por isso não recebiam sua aprovação em virtude de suas posições ideológicas, sexuais e sociais, e assim ficavam condenadas a viver em “campos de concentração”.

A personagem chave que constantemente impulsiona a percepção sobre os direitos reprodutivos das mulheres, é Offred, Aia, que compõe um ritual grotesco e repugnante, chamado de “A Cerimônia”, no qual se obrigava a manutenção de relações sexuais com o Comandante, na presença de sua esposa. Tornando-se um ato de violência mútua de direitos e garantias fundamentais, tanto na esfera da Aia, como da Esposa do Comandante.

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. (ATWOOD, 2006, p. 117)

Ao longo da narrativa, percebe-se o quanto as Aias perdem a liberdade sobre suas vidas e seu próprio corpo, tendo sua vida completamente voltada para reprodução e manutenção do crescimento populacional. No que tange a individualidade, as

Aias, demonstram o quanto foram anuladas em sociedade para o cumprimento de suas obrigações.

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. (ATWOOD, 2006, p. 105)

Em seu enredo, o Conto da Aia, procura mostrar os extremos que o controle estatal atinge para a manutenção do bem comum, tornando a discussão a respeito dos direitos reprodutivos necessária para fins de dignidade da pessoa humana e seus reflexos na coletividade. Além da urgência em reconhecer que os direitos que rodeiam a fertilidade, possuem grande importância na seara nos direitos humanos e suas respectivas extensões.

O reconhecimento dos direitos reprodutivos como direitos humanos constitui-se em princípio fundamental para a reconstrução do discurso de direitos. Com esse reconhecimento, diferenças de gênero, geração, classe, cultura e outras passam a ser consideradas, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as necessidades sociais. A partir daí, são gerados instrumentos políticos e normativos com o objetivo de intervir no grave quadro de desigualdades e permitir o exercício e acesso igualitário dos direitos reconhecidos por todos. (VENTURA, 2004, p.21)

O presente escrito procura expor sobre a tônica dos direitos reprodutivos como referência ao Conto da Aia, primando pelo incentivo ao debate e a contemplação da esfera feminina perante seus direitos reprodutivos.

METODOLOGIA

O respectivo artigo utilizou-se da obra literária Conto da Aia, da autora canadense Margareth Atwood, no qual tornou rico o emba-

samento acerca da importância dos Direitos Reprodutivos da Mulher. Tendo por base trechos do livro no qual se destacam a violação direta aos direitos defendidos neste trabalho.

No que concerne ao teor científico, foi realizada a leitura de outros artigos que possuíam temas relacionados ao teor deste trabalho para a maior absorção de informações concernentes ao campo jurídico e literário. Além do que foi relatado, analisou-se as notícias no contexto real, reforçando a explícita necessidade do estudo do assunto e sua latente face negativa em nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante salutar que a utilização da Literatura no âmbito jurídico, amplia o alcance dos estudantes e pesquisadores do Direito, aproximando de forma sensível as normas como contexto social contemporâneo. Destaca-se como um grande resultado, a realização de debates das temáticas em torno do contexto reprodutivo, consequentemente tornando a decisão sobre seus aspectos reprodutivos, mais sensatas e seguras, de forma geral.

Em âmbito de discussões, se demonstra urgente o debate e conhecimento acerca da temática principal deste artigo e a inclusão de um viés mais humanitário ao Direito, sendo este constituído pelas evoluções sociais, sendo assim pertinente a sua aproximação para maior compreensão dos fenômenos coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

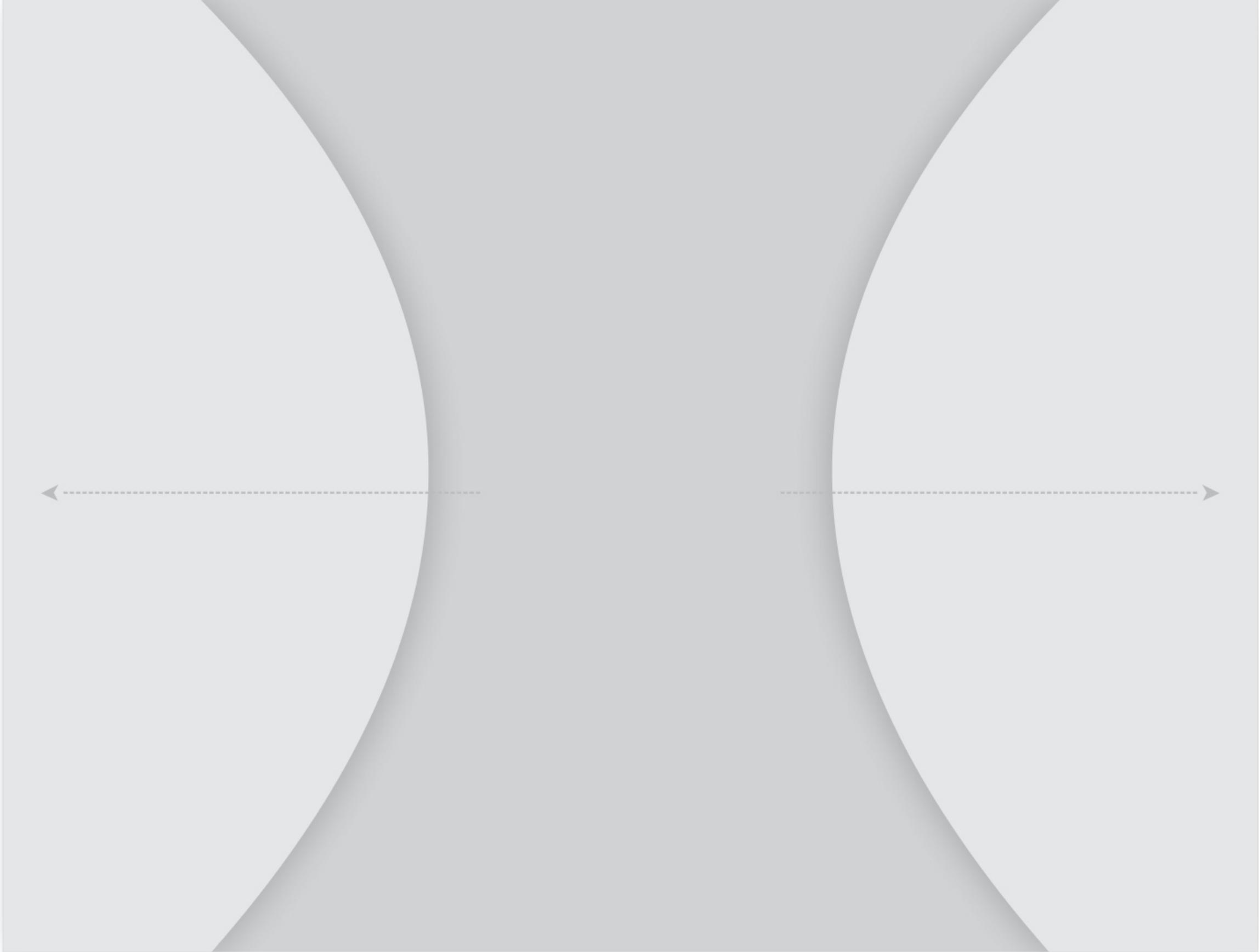
Por toda extensão histórica, as mulheres têm convivido com a repressão e subordinação, tanto fisicamente como psicologicamente, tendo sentenciada a escolha de ter ou não filhos. A reprodução se substancia completamente na independência da escolha dos fins conceptivos, garantindo consequentemente a satisfação individual de cada indivíduo.

É de suma importância reconhecer a liberdade que cada um possui sobre si, sendo de maneira privativa a decisão sobre os aspectos que envolvem sua existência, inexistindo restrição legal sobre um instituto biológico, a gênese humana. Nenhum instituto governamental pode ditar ou interferir na maneira de viver de cada cidadão. Posto isso, afinca-se a necessidade destes questionamentos frente a todos, pelo fato dos eles se relacionarem ao bem-estar de todos.

O Estado deve assegurar os exercícios dos direitos fundamentais e dos seus respectivos deveres, além de poder colaborar com dispositivos legais que possam abranger de maneira completa as necessidades e estigmas femininos, personificando-se em maior comprometimento com serviços essenciais ligados à temática reprodutiva.

REFERÊNCIAS

- ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, 367p.
- BARBOSA, R.M.; PARKER, R. (Org). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
- DWORKIN, Ronald. **Uma Questão de Princípio**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito e Literatura: Ensaio de Síntese Teórica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- PETCHESKY, R.P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- VENTURA, MIRIAM. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 2.^a. ed. BRASÍLIA: UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, 2004. v. 01. 196p





LESTU
Publishing Company

**UNI
FSA**
CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

ISBN: 978-65-996314-3-6

CD

9 786599 631436